ATA Nº. 16/2015

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA DOIS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E
QUINZE.** -----

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Fernando Fidalgo Caçoilo, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré, e dos demais Vereadores eleitos, José Marinho Vaz, António Pedro Oliveira Martins, Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Ana Margarida Santos Bastos. -----

Faltou à reunião a Sr.^a Vereadora, Beatriz de Fátima Clemente Martins, por se encontrar em gozo de férias, conforme informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

Em minuta foi deliberado por unanimidade justificar a falta. -----

Secretariou a reunião a Técnica Superior, Maria Manuela Mota Lameira, nos termos da deliberação da Câmara Municipal datada de 25.outubro.2013. -----

A reunião teve início às 15.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria nº. 174, do dia um de setembro do ano de dois mil e quinze, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 2.341.288,81 (dois milhões, trezentos e quarenta e um mil, duzentos e oitenta e oito euros e oitenta e um cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 866.538,61 (oitocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito euros e sessenta e um cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 15 da reunião ordinária realizada no dia cinco de agosto do ano de dois mil e quinze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

EXPEDIENTE DIVERSO: -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento do seguinte expediente: ----

- Ofício n.º 932, datado de 28.julho.2015, remetido pelo Diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares, manifestando o seu reconhecimento pela forma como a delegação daquele Instituto, no âmbito de uma visita de estudo do curso de Estado-Maior do Exército, foi recebida na Câmara Municipal de Ílhavo; -----

- Carta, datada de 04.agosto.2015, remetida pelo Presidente da Direção Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro, agradecendo a colaboração da CMI na ação de prevenção do cancro da pele, levada a efeito na Praia da Barra, nos dias 18 e 19 de julho pp. -----

DIVERSOS. -----

RECENSEAMENTO ELEITORAL. -----

Presente a informação n.º 30, datada de 10.agosto.2015, elaborada pelo Técnico Superior da Contabilidade, Paulo Fidalgo, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere, à semelhança do ano anterior, que a transferência de 320,40 € proveniente da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, seja canalizada na sua totalidade para as juntas de freguesia do concelho, dado que tem sido estas autarquias a suportar todas as despesas com o referido recenseamento eleitoral, tendo por base o disposto no n.º 1, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 162/79, de 30 de maio. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Concordo. Proceder em conformidade. -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

11.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

ORGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

REGULAMENTOS INTERNOS. -----

CONSULTA PÚBLICA AO REGULAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO

A FAMILIAS E INDIVIDUOS CARENCIADOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa. -----

- “Considerando: -----
1.º - O término do prazo de 30 dias seguidos para consulta pública, de acordo com o artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em Reunião de Câmara do dia 01/07/2015; -----

2.º - A inexistência de apresentação de sugestões durante o prazo mencionado, -----
Proponho: -----
1º - Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a aprovação da alteração do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, após a consulta pública; -----
2º - Que se remeta a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação final. -----
O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----
Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----
10.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----
Mais se delibera o envio à Assembleia Municipal para aprovação -----
CONSULTA PÚBLICA AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDO DO ENSINO SUPERIOR - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa. -----

- “Considerando: -----
1.º - O término do prazo de 30 dias para consulta pública, de acordo com o artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo do Ensino Superior, aprovado em Reunião de Câmara do dia 01/07/2015; -----
2.º - A inexistência de apresentação de sugestões durante o prazo mencionado; -----

Proponho: -----
1º - Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a aprovação da alteração do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo do Ensino Superior, após a consulta pública; -----
2º - Que se remeta a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação final. -----
O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----
Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----
10.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se delibera o envio à Assembleia. Municipal para aprovação. -----

RESULTADOS DA APRECIACÃO PÚBLICA DO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DA BARRA – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Marcos Ré. -----

- “Na sequência da apreciação pública efetuada no âmbito do artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo D. Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, foi promovida a consulta pública do novo Regulamento do Mercado Municipal da Barra aprovado pela Reunião da Câmara Municipal de 03 de junho de 2015 e conforme Aviso de 09 de junho de 2015. -----

No dia 19 de junho foi publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 118, o Aviso n.º 6879/2015, tendo-se iniciado nesta data o período de 30 dias para recolha de sugestões relacionadas com o referido Regulamento que porventura pudessem ser acolhidas. -----

O projeto de Regulamento referido foi também publicado na Internet, na página oficial da Câmara Municipal, publicitado por afixação dos Avisos respetivos nos locais de estilo utilizados para o efeito e disponibilizado em suporte de papel, seja no Gabinete de Atendimento Geral (GAG) da Câmara Municipal, seja, à época, no denominado Mercado Provisório da Barra, seja junto da Veterinária Municipal seja por último na Delegação de Saúde de Ílhavo. -----

O período de consulta pública terminou em 20 de julho de 2015 e pese embora não ter havido qualquer observação, exposição ou informação escrita sobre o texto em apreciação seja das entidades consultadas seja do público em geral, tivemos a oportunidade de reunir, a pedido dos atuais vendedores ouvindo-os em relação ao Horário proposto para funcionamento do renovado Mercado constante do artigo 32.º da proposta de Regulamento. Na audição havida manifestaram-se os referidos vendedores sobre a possibilidade de a este novo Equipamento poder ser aplicável Horário semelhante ao praticado no Mercado da Costa Nova já que no seu entendimento, esta nova infraestrutura pelas condições proporcionadas seja aos vendedores seja ao próprio público iria gerar uma atratividade de público que certamente justificava ou pelo menos convidava à aplicação de um horário mais alargado e como tal diferente do proposto. -----

Nesta sequência, ouvindo os Serviços respetivos, juntando para o efeito a documentação comprovativa da audição pública e aceitando como válidos os argumentos que em síntese acima se referem, entendemos por bem acolher a sugestão e como tal, propõe-se um novo articulado para os artigos 32.º; 33.º; 34.º e 35.º do Capítulo III (Do Funcionamento do Mercado) bem como a alteração da Nota Justificativa no que concerne ao 4.º e 5.º parágrafos que, para esse efeito, passam a ter a seguinte redação: -----

(Anexo que faz parte integrante da presente proposta) -----

O Vereador em Exercício, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta apresentada pelo Sr. Vereador do Pelouro, bem como o seu envio à Assembleia Municipal, incluindo nesta o Projeto Final do Regulamento do Mercado Municipal da Barra. -----

RESULTADO DA CONSULTA PÚBLICA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO. – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação referenciada em título, datada de 10.agosto.2015, elaborada pela Chefe da DOPGU, Noémia Maia, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta dos resultados da consulta pública referenciada em título. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Marcos Ré: -----

Visto, concordo com o proposto na presente informação da DOPGU. Remeta-se para os devidos efeitos à Consideração Superior do Sr. Presidente da Câmara. -----

O Vereador em Exercício, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta apresentada pelo Sr. Vereador do Pelouro, e conseqüentemente o envio para os devidos efeitos, do Projeto de Alteração do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos

de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Município de Ílhavo que em anexo se junta à Assembleia. Municipal. -----

CÂMARA MUNICIPAL. -----

OPÇÃO DE VENDA DA TOTALIDADE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL QUE DETÉM NA ERSUC – RESÍDUOS SÓLIDOS DO CENTRO, SA – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- Considerando que: -----

- a) No âmbito do processo de reprivatização da Empresa Geral de Fomento, SA (EGF), o Município de Ílhavo exerceu a Opção de Venda da totalidade da participação social que detém na ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro SA, com sede na Rua Alexandre Herculano, 21-B, em Coimbra, com o capital social de 8.500.000,00€ e o numero único de Pessoa Coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra nº 503 004 405; -----
- b) A referida Opção de Venda da totalidade da sua participação social, ou seja de 25.279 acções, foi exercida nos termos previstos no artigo 41º do Caderno de Encargos daquela operação, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 30/2014, publicada no Diário da Republica, I série, nº 69, de 08ABR2014; -----
- c) Nos termos previstos no artigo 45º da referida Resolução o Município da Mealhada, igualmente accionista da ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro SA, exerceu o Direito de Preferência quanto á transmissão das referidas 25.279 acções. -----
- d) A PARPUBLICA – PARTICIPAÇÕES PUBLICAS (SGPS) SA comunicou, a 01DEZ2014, que apenas o Município da Mealhada tinha exercido o Direito de Preferência na aquisição da participação social detida pelo Município de Ílhavo; -----
- e) O preço de venda aceite pelo vendedor e comprador nas fases de Opção de Venda e Direito de Preferência, foi de 10,577€por acção; -----
- f) É por isso de 267.375,98€(duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e cinco euros e noventa e oito cêntimos) o valor da venda a realizar pelo Município de Ílhavo ao município da Mealhada. -----
- g) Sendo que o valor médio anual dos dividendos recebidos pelo MI nos últimos 10 anos e resultantes da sua participação no capital social da ERSUC, se cifrou apenas em 4.382, 89€

h) Nos termos previsto no artº 47º/4 Caderno de Encargos da reprivatização da EGF “é condição para a venda e para a compra a obtenção pelos municípios de todos os consentimentos, aprovações, renúncias e atos necessários e, bem assim, no caso da compra, mobilização de recursos financeiros com vista ao seu legítimo e efetivo exercício, até à concretização da transmissão a transmissão em causa “ -----

i) Nem a referida Resolução do Conselho de Ministros nº 30/2014, publicada no Diário da Republica, I série, nº 69, de 08ABR2014, nem a Lei são muito claras quanto ao exato conteúdo e alcance da aprovações em causa, sendo certo que acções ou participações sociais detidas em sociedades comerciais são, na delimitação negativa consagrada nos arts. 205º/1 do Código Civil consideradas bens móveis, sendo que, nos termos previstos na al. cc) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro a Câmara Municipal é competente para alienar os bens móveis do Município; -----

j) No entanto, á data da decisão da participação do Município de Ílhavo no capital social da ERSUC estava em vigor a Lei nº 169/99, de 18 de setembro, entretanto revogada; -----

k) nos termos de cuja al. d) do nº 1 do artº 53º, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, à Assembleia Municipal competia “acompanhar, com base em informação útil da câmara, facultada em tempo oportuno, a actividade desta e os respectivos resultados, nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado; -----

l) sendo que, nos termos do disposto nas als. a) e b) do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, continua a constituir competência da Assembleia Municipal: -----

a) Acompanhar e fiscalizar a actividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do número anterior, e -----

b) Apreciar, com base na informação disponibilizada pela câmara municipal, os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades; -----

Proponho que: -----

1. a Câmara Municipal aprove a referida alienação da participação social que o Município de Ílhavo detém na ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro SA, com sede na Rua Alexandre Herculano, 21-B, em Coimbra, com o capital social de 8.500.000,00€ e o numero único de Pessoa Coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra nº 503 004 405, ao Município da Mealhada; -----

2. a referida aprovação contemple a totalidade da referida participação social de 25.279 acções, pelo valor de 10,577€por acção, ou seja 267.375,98€(duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e cinco euros e noventa e oito cêntimos); -----

3. em consequência, aprove a minuta de contrato de compra e venda de acções em anexo e mandate o Presidente da Câmara para o subscrever logo que seja agendada a respetiva formalização; -----

4. a remessa da presente proposta e da deliberação que sobre ela recair à Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

24.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta, com o voto contra dos Vereadores do Partido Socialista. Foi exercido o voto de qualidade do Presidente. -----

Mais se delibera o envio à Assembleia Municipal para aprovação. -----

Foi presente a seguinte declaração de voto, elaborada pelos Vereadores do Partido Socialista:

- “Os Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Ílhavo votam contra a alienação da participação do Município de Ílhavo no capital social da ERSUC, tendo em conta que sempre manifestaram publicamente a sua veemente oposição à privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), do grupo AdP, responsável pela gestão dos resíduos sólidos urbanos, no contexto da qual a presente alienação é feita. -----

Há uma posição de princípio que se impõe deixar aqui registada, ou seja, que a privatização da EGF e a saída de Ílhavo (e de outros municípios) do capital social das empresas do grupo abre as portas à futura privatização das Águas de Portugal e, em consequência, à passagem

para domínio privado de um bem público essencial e indispensável ao bem-estar e qualidade de vida das populações. -----

Por outro lado, a alienação da participação na ERSUC acaba por retirar ao Município de Ílhavo o poder de condicionar a definição das tarifas do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, com o agravamento no futuro dos custos a suportar pelos nossos municípios. -----

O facto de haver um município, neste caso, o Município da Mealhada, que adquire a participação do Município de Ílhavo, acaba de certa forma por atenuar as consequências negativas da presente alienação, dado que a participação de Ílhavo mantém-se em mãos públicas. -----

No entanto, pelas razões apontadas e tendo em consideração que esta participação do ponto de vista financeiro propiciado algum retorno do investimento, não podemos deixar de votar contra. -----

A alienação que acaba de ser deliberada pela Câmara revela mais uma vez aquela que tem sido a linha condutora das políticas da maioria PSD/CDS no Governo, de que a maioria PSD neste executivo é tributária, ou seja, afastar da esfera do domínio público, do domínio municipal, neste caso, a exploração e gestão de amplos setores de atividade, na prossecução de um programa ideológico, que parte, erradamente, do pressuposto de que a gestão privada só encerra virtudes e a gestão pública é nefasta aos interesses das populações, com o qual não podemos concordar. -----

Ass.) José Marinho Vaz, -----

Ass.) António Pedro Oliveira Martins, -----

Ass.) Ana Margarida Santos Bastos. -----

02.setembro.2015”. -----

OUTRAS INSTITUIÇÕES COLETIVAS. -----

**CIRA (COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO) –
PROCEDIMENTO N.º CPS_001/2015 – PROJETO DE ADJUDICAÇÃO DE
“FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES
ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA
TENSÃO NORMAL, DOS MUNICIPIOS QUE COMPÕEM A CIRA E INTEGRAM O
AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES”.** -----

Presente o documento referenciado em título, aqui dado por integralmente transcrito. -----
Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto de adjudicação de fornecimento de energia. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----
AQUISIÇÕES DE SERVIÇO. -----
CONTRATOS DE AVENÇA E TAREFA. -----
PARECER PRÉVIO – CONTRATAÇÃO POR AVENÇA – ANA RAQUEL DA SILVA FREITAS – DESPACHO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

- 1- A informação da Chefe da Divisão de Ação Social e Saúde, em anexo; -----
- 2- A informação da DAG/Subunidade Orgânica de Recursos Humanos, também em anexo; -
- 3- Que nestes casos, de urgência e obviando a marcação de reunião extraordinária, pode o Presidente de Câmara assumir a devida competência mas remeter à reunião de Câmara para ratificação; -----
- 4- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a contratação em causa, nomeadamente: -----
 - 4.1- A prestadora de serviços indicada tem a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; -----
 - 4.2- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----
 - 4.3- A redução remuneratória, se aplicável, será efetuada nos termos da Lei. -----
 - 4.4- A Câmara Municipal não tem conhecimento de que existam trabalhadores em situação de requalificação no âmbito da CIRA. -----

Determino, -----

1. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35.º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, designadamente no seu n.º 5 e 12 do artigo 75.º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20.º e ainda no art. 32.º da Lei 35/2014, de 20/06: -----

a) A emissão do necessário parecer prévio; -----

b) Que se proceda à contratação de Ana Raquel da Silva Freitas, em regime de prestação de serviços (avença) pelo período de doze meses (agosto de 2015 a julho de 2016), eventualmente renovável, e pelo valor mensal de 1.200,00€ acrescidos de IVA, se devido. ----

2. Que o presente despacho seja enviado à Câmara Municipal para ratificação, nos termos do n.º3 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

14.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

PARECER PRÉVIO – CONTRATAÇÃO POR AVENÇA – MARIA SALOMÉ PEREIRA GOMES – DESPACHO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1- A informação do Assessor do Presidente da Câmara, em anexo; -----

2- A informação da DAG/Subunidade Orgânica de Recursos Humanos, também em anexo;

3- Que nestes casos, de urgência e obviando a marcação de reunião extraordinária, pode o Presidente de Câmara assumir a devida competência mas remeter à reunião de Câmara para ratificação; -----

4- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a contratação em causa, nomeadamente: -----

4.1- A prestadora de serviços indicada tem a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; -----

4.2- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

4.3- A redução remuneratória, se aplicável, será efetuada nos termos da Lei. -----

4.4- A Câmara Municipal não tem conhecimento de que existam trabalhadores em situação de requalificação no âmbito da CIRA. -----

Determino, -----

1. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35.º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, designadamente no

seu n.º 5 e 12 do artigo 75.º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20.º e ainda no art. 32.º da Lei 35/2014, de 20/06: -----

c) A emissão do necessário parecer prévio; -----

d) Que se proceda à contratação de Maria Salomé Pereira Gomes, em regime de prestação de serviços (tarefa) pelo período expectável de um mês e pelo valor de 2.500,00€ acrescidos de IVA, se devido. -----

2. Que o presente despacho seja enviado à Câmara Municipal para ratificação, nos termos do n.º3 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

14.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

PARECER PRÉVIO – CONTRATAÇÃO POR AVENÇA – MÁRCIA ISABEL MOUTINHO RODRIGUES – DESPACHO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1- A informação da DAG/SORH, em anexo, sobre o enquadramento legal das renovações dos contratos de prestação de serviço (avenças); -----

2- A informação do Chefe da DGEU, também em anexo. -----

3- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a renovação em causa, nomeadamente: -----

3.1- A prestadora de serviços tem a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; -----

3.2- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

3.3- A redução remuneratória, se aplicável, será efetuada nos termos da Lei. -----

3.4- No âmbito da CIRA não foi ainda constituída a EGRA (Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias), pelo que não se encontra ainda constituída qualquer reserva interna de recrutamento de âmbito intermunicipal. -----

Proponho: -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, designadamente no seu n.º 5 e 12 do artigo 75º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20º e ainda no art. 35º da Lei 12-A/2008, de 27/02, que: -----

- e) A Câmara Municipal emita o necessário parecer prévio; -----
- f) Consequentemente proceda à renovação do contrato da prestadora de serviços Márcia Isabel Moutinho Rodrigues. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

APROVISIONAMENTOS. -----

PARECER PRÉVIO – ABERTURA DE PROCEDIMENTO (MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ÂMBITO DA MAR AGOSTO/FESTAS DO MUNICÍPIO) – INFORMAÇÃO/PROPOSTA - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 16.julho.2015, elaborada pela colaboradora, Natacha Maio, a solicitação do Chefe da DGESU, Pedro Nunes, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se propõe a abertura de procedimento concursal por ajuste direto, pelo prazo máximo de duração de 20 dias, estimando-se que o preço contratual não exceda os 11.820,00 € (onze mil, oitocentos e vinte euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, devendo o respetivo convite ser endereçado á firma: Electro Ílhavo – João Carlos Duarte Pereira, Unipessoal, Lda. -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Emito parecer prévio favorável à presente aquisição, autorizo a despesa e aprovo o convite e caderno de encargos. Envie-se à reunião da Câmara Municipal para ratificação. -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

16.julho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Presidente. -----

PARECER PRÉVIO – ABERTURA DE PROCEDIMENTO (FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES – VISITA A CHAVES, VILA REAL E NAZARÉ) - SEMANA DA MAIORIDADE) - INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação referenciada em título, datada de 28.agosto.2015, elaborada pela colaboradora, Natacha Maio, a solicitação da Técnica Superior da DASS, Cristina Teixeira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se propõe a abertura de procedimento supra, pelo prazo máximo de duração de 20 dias, estimando-se que o preço contratual não exceda, no conjunto das visitas, o valor de 10.337,40 €(dez mil, trezentos e trinta e sete euros e quarenta cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, devendo os respetivos convites serem endereçados às firmas: Quinta do Príncipe – Centro de Eventos, Lda e Quinta da Boubã, Lda. -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Autorizo a despesa, bem como a abertura do procedimento, de acordo com a presente informação. -----

Aprovo o convite e caderno de encargos. -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo à presente aquisição de serviços. -----

PARECER PRÉVIO – AÇÃO SEMANA DA MAIORIDADE/VIVER SOLIDÁRIO 2015 – VISITAS/CONVÍVIOS – CHAVES, VILA REAL, NAZARÉ, VIGO E VIANA DO CASTELO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1º - Que se vai realizar de 14 a 20 de setembro a ação Semana da Maioridade/Viver solidário 2015, especialmente dedicada aos municípios com mais de 65 anos; -----

2º - Que nesta ação, como um dos vários atrativos, se destacam as visitas/convívios a Chaves e Vila Real; Nazaré, e Vigo e Viana do Castelo; -----

3º - Que no caso do pagamento às empresas transportadoras o montante ultrapassará os 5.000 € -----

4º - Que sendo assim, as presentes despesas carecem de emissão de parecer prévio genérico a emitir pela Câmara Municipal, por ultrapassarem o limite do parecer prévio genérico aprovado pela Câmara Municipal. -----

Proponho: -----

- Que a Câmara Municipal de Ílhavo aprove um montante de 5.845 € à empresa Vagoviagens e 6.400 € à empresa Transdev. -----

O Vereador do Pelouro da Maioridade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Proposta. -----

AJUSTE DIRETO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA ASSESSORIA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE INTERVENÇÃO EM ESPAÇO RÚSTICO DA NOSSA SENHORA DOS CAMPOS - INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação referenciada em título, datada de 24.agosto.2015, elaborada pela Técnica Superior, Conceição Lucas, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, e de acordo com a deliberação da CMI datada de 05.agosto.2015, foi endereçado convite à firma: Síntese, Consultoria em Planeamento, Lda, para a aquisição do serviço supra. A proposta foi apresentada dentro do prazo legal e encontra-se instruída com a documentação exigida no convite do procedimento. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder á adjudicação à empresa Síntese, Consultoria em Planeamento, Lda. -----

RELATÓRIO FINAL – PROCEDIMENTO RELATIVO A “FILMES PROMOCIONAIS DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO 2015 – TURISMO, FAMILIAS E EMPRESAS” – RATIFICAÇÃO. -----

Presente o Relatório Final referenciado em título, datado de 06.agosto.2015, elaborado pelo respetivo júri do procedimento, aqui dado por integralmente transcrito, na qual e em síntese,

se dá conta que, analisadas as duas propostas entregues, o júri deliberou adjudicar o presente procedimento à firma: Infoportugal, Sistemas de Informação e Conteúdos, SA, pelo valor de 11.870,00 €(onze mil, oitocentos e setenta euros), não incluindo o IVA. -----

Sobre a citada decisão do júri do procedimento, e após audiência prévia, nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, foi recebida e analisada uma reclamação, por parte do concorrente Carlos Henrique Violante Pelicas, tendo a mesma sido considerada improcedente, sugerindo-se que a adjudicação se faça à firma Infoportugal, Sistemas de Informação e Conteúdos, SA, por ser a proposta mais vantajosa de acordo com os critérios de avaliação consignados no Convite do Procedimento. -----

Sobre a presente informação, recai o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Deferido de acordo com a informação. -----

Proceder à adjudicação à firma Infoportugal, Sistemas de Informação e Conteúdos, SA. -----

À Câmara para ratificação. -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

06.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

SEGUROS. -----

INDEMNIZAÇÃO DE TERCEIROS POR PREJUÍZOS CAUSADOS. -----

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL / APÓLICE N.º 103141 – PROCESSO N.º

81/773 – INFORMAÇÃO. -----

Presente o processo acima referenciado, do qual se destaca a informação elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 10.agosto.2015, corroborada pela Técnica Superior, Manuela Lameira, servindo de Chefe da DAG, na qual e em síntese, se dá conta que, na sequência da participação realizada pela Sr.ª Elsa Santos, foram apurados danos resultantes do embate da sua viatura com a matrícula 39-MR-89, numa peça solta do tabuleiro da Ponte da Vista Alegre, no pretérito dia 17.abril.2015. -----

Após análise dos serviços jurídicos desta Câmara, foi o processo remetido à nossa corretora, a qual já procedeu à indemnização. -----

Contudo, nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município o pagamento da franquia de danos materiais em 10% do valor do sinistro no mínimo de 250,00 € -----

Tendo o custo sido inferior ao valor da franquia, compete à Câmara Municipal suportar a indemnização no valor de 109,93 € -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da presente informação. ----

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE TRABALHOS A MAIS N.º 1, NA EMPREITADA “REABILITAÇÃO DO TEATRO DA VISTA ALEGRE” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Ana Patrícia Araújo, datada de 14.agosto.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da minuta do contrato referenciado em título, a celebrar com a firma: Teixeira, Pinto & Soares, Lda, pelo valor de 76.425,18 € (setenta e seis mil, quatrocentos e vinte e cinco euros e dezoito cêntimos). -----

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi realizada por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 01.julho.2015. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente minuta. -----

ZIM – ZONA INDUSTRIAL DA MOTA – REVERSÃO DA PROPRIEDADE DO LOTE N.º 66 À FIRMA “SOCIEDADE RIBEIRO & CALÃO, LDA” – PROPOSTA. ---

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

1. A sociedade Ribeiro & Calão Lda, adquiriu à Câmara Municipal de Ílhavo, o lote n.º 66 da Zona Industrial da Mota por escritura celebrada em 13.09.1999; -----
2. A venda do lote ficou condicionada ao estabelecimento, pela Câmara Municipal, do prazo para início de laboração, bem como à reversão do lote caso aquele prazo não fosse cumprido, sem prejuízo da respetiva prorrogação a requerimento fundamentado dos interessados; -----
3. Na sequência de uma deliberação da Câmara Municipal de 2002.04.24, a requerente foi advertida de que o prazo para iniciar a laboração da unidade industrial a instalar no referido lote expirava em 2002.09.12; -----
4. Por deliberação da Câmara Municipal de 2002.09.18, e a requerimento da interessada, o prazo fixado foi prorrogado por mais um ano, tendo esta decisão, no entanto, ficado

condicionada ao cumprimento da seguinte condição: “o *respetivo requerimento de licenciamento de construção da unidade industrial (projeto de arquitetura) deveria dar entrada nos serviços desta Câmara Municipal no prazo de 90 dias, a contar dessa notificação, e ser instruído de modo a que a calendarização nele prevista para a conclusão dos trabalhos se harmonizasse com a prorrogação de prazo então concedida*”, sendo que não se cumprindo esta condição ficaria sem efeito a prorrogação concedida, reprecisando-se, assim, o teor da deliberação de 24.04.2002; -----

5. Por requerimento de 23.12.2002, a que coube o Registo nº 4822/02, da DOPGU, a sociedade Ribeiro Calão Lda apresentou o projeto de arquitetura para construção de um armazém a implantar no referido lote; -----

6. Pelo n/ ofício nº 692, de 2003.01.20, e em cumprimento do despacho do Exmo. Sr. Vereador, Engº. Marcos Ré, de 2003.01.16, a requerente foi notificada no sentido de concluir a instrução daquele pedido, devendo para o efeito: -----

a) apresentar parecer do Serviço Nacional de Bombeiros relativo à segurança contra riscos de incêndio ou cópia do projeto para que a Câmara Municipal promova a necessária consulta; -----

b) ser cumpridas as disposições do Decreto-Lei (DL) 243/86 de 20 de agosto que aprova o Regulamento Geral de Higiene e Segurança no Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritórios e Serviços; -----

c) ajustar a calendarização apresentada uma vez que esta não cumpria os limites impostos deliberação da Câmara Municipal de 18.09.2002; -----

7. A notificação foi enviada para o endereço indicado pela requerente no respetivo requerimento (Zona Industrial da Mota), tendo, no entanto, sido devolvida à Câmara Municipal por “endereço insuficiente desconhecido”, isto apesar de ser este o único endereço da Ribeiro e Calão Lda constante no processo de obras e indicado pela própria. -----

8. Atento o incumprimento do prazo e demais condições de deferimento do seu requerimento, a requerente foi notificada pelo n/ ofício 5063, de 12.05.2003, da deliberação da Câmara Municipal de 2003.04.22, de proceder à resolução do contrato de compra e venda do lote, operando-se por essa via a reversão integral do mesmo para propriedade da Câmara. -

9. A requerente comunicou à Câmara Municipal, que não procederá à outorga de qualquer escritura de resolução do contrato de compra e venda do lote, dado que não fora informada de qualquer decisão relativa à aprovação do projeto de arquitetura; -----

10. Pelo n/ ofício 8035, de 22.07.2003 e em cumprimento do despacho do Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Rui Dias, de 21.06.2003, a requerente foi notificada, agora para o endereço que indicou na sua carta: -----

a) dos motivos pelos quais não recebera a notificação relativa à apreciação do projeto de arquitetura; -----

b) do teor da notificação referida no ponto 6. -----

11. Pelo n/ ofício 10121, de 19.08.2003, a Ribeiro & Calão Lda foi notificada do teor da deliberação da Câmara Municipal de 01.09.2003, no sentido de proceder à resolução do contrato de compra e venda do lote, operando-se por essa via reversão integral do mesmo para propriedade da Câmara, já que se mantinham válidos os fundamentos que sustentaram a deliberação de 22.04.2002. -----

12. Em 12.04.2005 a Ribeiro & Calão vem então invocar que o seu atraso no licenciamento e início de construção, resulta do elevado desnível do terreno relativamente à cota da via, que obrigaram a custos elevados de reposição do terreno à cota desejada (trabalhos que não foram licenciados), e à recessão do sector de construção civil. Solicita ainda que seja tomada em consideração a sua candidatura à aquisição do lote 67. -----

13. Em 19.04.2005, e em complemento á comunicação referida em 12, a Ribeiro & Calão Lda veio ainda justificar os atrasos no licenciamento da obra e início de construção e laboração, atribuindo à Câmara Municipal faltas que não lhe deverão ser atribuídas. De facto, é da responsabilidade da requerente a falta no endereço que não lhe permitiu receber a notificação relativa ao projeto de arquitetura; também não procurou junto dos serviços saber da decisão ou, como deveria proceder nos termos da legislação em vigor, findo o prazo previsto para a decisão deveria ter considerado o deferimento tácito, ter apresentado os projetos de especialidades e requerido a emissão do alvará de construção. Acresce que desde 2003.07.03, data em que recebeu a notificação relativa ao projeto de arquitetura, não apresentou qualquer elemento que permitisse dar continuidade ao processo de licenciamento. -----

14. Pelo n/ ofício 9490, de 14.07.2005, foi a Ribeiro & Calão Lda notificada do teor da deliberação da Câmara Municipal de 2005.06.20 no sentido de promover a resolução do contrato de compra e venda do lote N66, operando-se por essa via a reversão integral do mesmo, bem como das instalações e benfeitorias nele instaladas para a propriedade da Câmara Municipal de Ílhavo. -----

15. Nesse mesmo ofício é ainda comunicado á sociedade que, mantendo o interesse na aquisição de um outro lote, poderá, querendo, apresentar a respetiva candidatura nos termos do Regulamento para a Compra e Venda de Lotes na ZIM. -----

16. Esta notificação foi enviada para o endereço indicado pela requerente no respetivo requerimento (Zona Industrial da Mota), tendo sido devolvida à Câmara Municipal por não ter sido recebida, apesar de, repete-se, ser este o único endereço constante no processo de obras, indicado pela própria. -----

17. Por carta de 02.08.2005, a dita sociedade expõe sobre a intenção de resolução do contrato de compra e venda do lote N66 e propõe vender o lote à Câmara pelo valor que pagou acrescido dos gastos efetuados com o aterro e solicita a aquisição do lote A20. -----

18. Através do n/ ofício 11094, de 01.09.2006 a Ribeiro & Calão Lda é notificada do teor da deliberação da Câmara Municipal de 07.08.2006, sobre a avaliação realizada pelos competentes serviços da CMI às “benfeitorias” introduzidas no lote, a que foi atribuído o valor de €12.500 (doze mil e quinhentos euros). -----

19. Em 07.02.2006 a Ribeiro & Calão Lda vem expor sobre a avaliação das benfeitorias introduzidas no lote e manifestar a sua disponibilidade para um acordo, equacionando a aceitação da resolução do contrato e a correspondente reversão a favor da Câmara Municipal, se lhe for liquidado, para além da quantia a que teria direito na reversão – €13.176,91 (9.576,91 + (0.25 X 6 anos), o montante relativo ao custo da regularização do lote 66 nos moldes já expostos. -----

20. Não tendo havido acordo entre as partes quanto ao valor das referidas “benfeitorias”, pelo n/ ofício 15620, de 27.11.2006, a Câmara Municipal de Ílhavo notifica a Ribeiro & Calão do teor da sua deliberação de 20.11.2006, no sentido de repriminar o teor da sua deliberação de 2003.04.22, na qual se decidiu, “nos termos do disposto no artº 9º do Regulamento Interno nº 3/97 – AP, publicado no Diário da República, II série, de 1997.08.04, e tendo em

consideração que se encontra expirado, desde 2002.09.13, o prazo fixado por esta Câmara Municipal, para o início da laboração da indústria a instalar no lote N 66, proceder à resolução do contrato de compra e venda celebrado entre a Câmara Municipal e “Ribeiro & Calão, Lda”, em 1999.09.13, operando-se, por essa via a reversão integral do referido lote, instalações e benfeitorias nele instaladas para a propriedade da CMI, nos termos previstos na referida disposição legal.” -----

21. Depois de muita resistência da sociedade à celebração da escritura de reversão voluntária do lote esta dá entrada, no dia 07.03.2012, nos serviços da DOPGU, de um processo de obras a que foi atribuído o numero PO nº 83/12 tendo em vista licenciar a construção de um armazém no referido lote 66 da Zona Industrial da Mota; -----

22. Por desconhecimento dos serviços do histórico deste processo, em 09.03.2012, a requerente foi notificada para, no prazo de 15 dias, proceder ao aperfeiçoamento do pedido, dado que o requerimento apresentado não continha os documentos exigíveis para o desenvolvimento normal do procedimento. -----

23. São também identificadas regras de ocupação dos lotes, definidas no regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Mota, que deverão ser respeitadas na elaboração do projeto. -----

24. Em 24.04.2012, dá entrada no processo um requerimento subscrito por Francisco Fortunato Alves Barbosa Leite Calão, contendo o projeto de arquitetura para construção de um armazém. -----

25. Em 08.05.2012 o requerente é notificado no sentido de aperfeiçoar aquele seu requerimento, devendo, para o efeito, apresentar: -----

a) Termos de responsabilidade retificados de acordo com a legislação aplicável – D.L. nº 555/99 de 16 de dezembro, alterado pelo D.L. nº 26/2010 de 30 de março e Portaria nº 232/2008; -----

b) Nova planta de arranjos exteriores cumprindo os requisitos estabelecidos no nº 1 do artigo 10º do regulamento do Plano de Pormenor (PP) da Zona Industrial da Mota (ZIM); -----

c) Projetos complementares, incluindo projeto de especialidade de SCIE ou ficha de segurança, conforme o especificado no Artigo 17º do Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro e drenagem de águas pluviais -----

26. É ainda alertado para apresentar uma proposta que permita o equilíbrio estético do edifício pretendido, proporcionando-lhe maior dignidade e melhor enquadramento urbano. -----

27. Em 19.06.2012 o requerente apresenta os projetos complementares para efeitos de licenciamento. -----

28. Em 08.08.2012, pelo n/ ofício 1950/12, o requerente é notificado para se pronunciar, no prazo de 10 dias, sobre a intenção de indeferimento do pedido apresentado com os seguintes fundamentos: -----

1. *Analizados os elementos apresentados verifica-se que V. Ex^a não introduziu qualquer alteração nas fachadas da edificação conforme solicitado no ponto 4 da notificação enviada através do ofício nº 1318/12.* -----

2. *Pretende-se dignificar tanto quanto possível a edificação a erigir tendo-se proposto a introdução das alterações que o técnico entendesse necessárias no sentido de melhorar ou otimizar a solução final.* -----

3. *De igual modo importa referir que seria desejável a existência de um espaço ajardinado no logradouro frontal da edificação, que contribuiria sempre para a dignificação da parcela.* -----

4. *Foram alteradas no projeto de arquitetura as áreas a pavimentar no espaço exterior privado (na sequência do disposto no artigo 10º do regulamento da Zona Industrial da Mota), no entanto verifica-se que existem algumas peças desenhadas nos projetos complementares que foram elaboradas sobre a solução anterior.* -----

5. *Neste contexto não poderá ser emitido parecer favorável à pretensão, devendo promover as retificações das anomalias detetadas.* -----

29. Em 23.08.2012, o requerente apresenta o projeto de arquitetura reformulado, acompanhado dos projetos complementares de águas, saneamento e águas pluviais. -----

30. Em 18.10.2012, pelo n/ ofício nº 2345/12, o requerente é notificado do deferimento do pedido de licenciamento, podendo ser emitido alvará de construção no prazo máximo de 1 ano a contar da data da notificação, mediante apresentação dos documentos definidos no nº 1 do

artigo 3º da Portaria 2016 – E/2008 de 3 de março e nas condições estabelecidas para realização das obras. -----

31. Em 18.10.2013 e uma vez que não foi requerida a emissão da competente licença de construção caducou o referido licenciamento do projeto de construção. -----

Proponho que: -----

A. com os fundamentos supra, que traduzem expressivamente o sistemático e reiterado incumprimento por banda da sociedade Ribeiro & Calão Lda das oportunidades que, ao longo de 16 (!!!) anos lhe têm sido facultadas para que inicie a laboração da unidade industrial a edificar sobre o lote nº 66 da Zona Industrial da Mota, a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a reversão do referido lote para a sua propriedade, nos termos do disposto no artº 5 do Regulamento para a compra e venda de lotes de terreno na Zona Industrial da Mota (ampliação), publicado no Diário da Republica, II série, apêndice nº 106º, nº 16115 de Junho de 2003, que, nesse particular reproduz o teor do artº 9º do Regulamento interno nº 3/97 – AP, publicado no Diário da Republica, II série, de 04.08.1997, em vigor á data da escritura de compra e venda referida em 1. -----

B. que, nos termos e para os efeitos previstos nos arts. 121º e 122º do CPA seja concedido a RIBEIRO & CALÃO Lda o prazo de 10 dias úteis, a contar da receção da notificação da presente deliberação para se pronunciar, querendo, sobre a intenção da Câmara Municipal de Ílhavo de proceder á reversão do lote N 66 da Zona Industrial da Mota para a sua propriedade, podendo, para o efeito usar o endereço eletrónico: geralcmi@cm-ilhavo.pt

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

25.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Proposta. -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA C.M.I. PARA 2015 – 4ª ALTERAÇÃO – PROPOSTA - RATIFICAÇÃO. -----

Presentes os documentos referenciados em título, aqui dados aqui por integralmente transcritos, que importam nos seguintes valores: -----

- A 4ª Alteração às GOP, tem como Inscrições/Reforços o valor de 676.110€ e em Diminuições/Anulações o valor de 647.360,00 € e nela consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Aprovo a 4ª Alteração às GOP/2015. À Câmara para ratificação. -----
04.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho de Alteração das GOP. -----

- A 4ª Alteração ao Orçamento (despesa), tem em Inscrições/Reforços e em Diminuições/Anulações, o valor de 766.250 € e nela consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Aprovo a 4ª Alteração ao Orçamento/2015. À Câmara para ratificação. -----
04.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho de Alteração do orçamento. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CMI PARA 2015 – 2ª REVISÃO. -----

Presentes os documentos referidos em título, dados aqui por integralmente transcritos, que importam nos seguintes valores: -----

-A 2ª Revisão às G.O.P. tem como Inscrições/Reforços o valor de € 500.000,00 e como Diminuições/Anulações o valor de €0,00; -----

-A 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, tem como Inscrições/Reforços o valor de € 500.000,00, e em diminuições e anulações €0,00. -----

-A 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, tem como Inscrições/Reforços o valor de € 500.000,00, nas Diminuições/Anulações o valor de €0,00. -----

Em minuta, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

No documento das G.O.P.-2ª Revisão: -----

Deliberado por unanimidade aprovar a presente 2ª Revisão das GOP. -----

Mais se delibera o envio à Assembleia Municipal para aprovação. -----

No documento do Orçamento-2ª Revisão: -----

Deliberado por unanimidade aprovar a presente 2ª Revisão do Orçamento. -----

Mais se delibera o envio à Assembleia Municipal para aprovação. -----

RECEITAS MUNICIPAIS. -----
DEVOLUÇÃO DE TAXA POR PAGAMENTO INDEVIDO – MERA
COMUNICAÇÃO PRÉVIA - INDÚSTRIA – PROCESSO 64/15 – DIPLOMATA
BISCUIT, LDA – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação referenciada em título, elaborada pela Assistente Técnica da DOPGU, Cláudia Cravo, datada de 19.agosto.2015, na qual e em síntese, atentos os pressupostos discriminados na sobredita informação, sugere-se que o Órgão Executivo Municipal delibere no sentido da devolução do valor de 189,63 €(cento e oitenta e nove euros e sessenta e três cêntimos). -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara: --
 “Visto, concordo com o proposto na presente informação da DOPGU, devendo, em articulação com a DAG proceder-se às diligências necessárias que permitam a devolução do valor das taxas, remetendo para o efeito a presente proposta à Câmara Municipal. -----
 Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----
 20.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente devolução de taxas. -----

DEVOLUÇÃO DE TAXA POR PAGAMENTO INDEVIDO – 2ª PRORROGAÇÃO DO
PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA – PROCESSO 282/10 – MARIA ISABEL DA
ROCHA FERREIRA CAIADO – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação referenciada em título, elaborada pela Assistente Técnica da DOPGU, Cláudia Cravo, datada de 19.agosto.2015, na qual e em síntese, atentos os pressupostos discriminados na sobredita informação, sugere-se que o Órgão Executivo Municipal delibere no sentido da devolução do valor de 18,93 €(dezoito euros e noventa e três cêntimos). -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara: --
 “Proceda-se nos termos da presente informação da DOPGU e nesta sequência devolva-se o valor pago em excesso articulando com a DAG a intervenção correspondente. -----
 Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----
 21.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente devolução de taxas. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----
REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS. -----
APROVAÇÃO DO PROJETO DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO
URBANA (ARU) E A RESPECTIVA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA
(ORU) SIMPLES DE ÍLHAVO, COM A FUNDAMENTAÇÃO CONSTANTE DA
ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Marcos Ré: -----

- “Considerando que: -----

1. Nos termos da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana, incumbe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais assegurar, no quadro do referido decreto-lei e dos demais regimes jurídicos aplicáveis, a promoção das medidas necessárias à reabilitação de áreas urbanas que dela careçam. -----
2. A recente revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Ílhavo, agora em vigor, teve como um dos seus objetivos estratégicos uma nova abordagem às questões do património imprimindo para o efeito um novo impulso à requalificação e valorização do património cultural, onde se inclui o património edificado. -----
3. As opções de desenvolvimento urbano do município através do estímulo da reabilitação vertidas no Plano Estratégico de Ílhavo, elaborado em Março de 2000 e cuja renovação e reafirmação far-se-ão constar no Plano Estratégico do Município de Ílhavo (PEMI) em fase final de elaboração, assumem Ílhavo como um espaço de qualidade residencial e vivencial dotado de uma forte referência e identidade histórico-cultural no qual, o valor arquitetónico, histórico e cultural dos edifícios e a sua singularidade, a estrutura de becos que forma a zona histórica da cidade de Ílhavo e a característica particular do seu tecido urbano, refletem um traço marcante do que foi o modo de vida dos ilhavenses, o qual merece ser preservado e adaptado, com vista à sua revitalização, reabilitação e atualização. -----
4. Se constata hoje, que as áreas urbanas consolidadas de génese antiga se encontram em processo degenerativo alarmante e, a par disso, atravessamos um período particularmente delicado, sob o ponto de vista económico-financeiro e social. A este facto acresce o

envelhecimento sistemático da população, a degradação do edificado e o definhamento das atividades comerciais tradicionais que se tem traduzido pelo esvaziamento dos centros históricos. Também o núcleo histórico consolidado de Ílhavo não foge a esta regra, já que tem vindo a perder vitalidade, assistindo-se a um processo de degradação e obsolescência do seu edificado, com os edifícios a deixarem de ser usados/habitados por razões diversas, precipitando e agravando as condições de uso, solidez, segurança, salubridade e estéticas. -----

5. Consciente desta realidade, a Câmara Municipal de Ílhavo tem vindo a promover ações com vista a inverter o processo degenerativo de definhamento funcional progressivo do seu núcleo histórico, das quais sobressaem o estímulo à inclusão na bolsa de arrendamento social de algumas habitações sitas no Centro Histórico da cidade de Ílhavo e o apoio dado à sua recuperação através do Programa RECUPERA ÍLHAVO para além de todo o trabalho de reabilitação dos espaços públicos do tecido urbano central, modernizando as infraestruturas, equipamentos de utilização coletiva, espaços verdes, mobiliário urbano e melhoria geral da mobilidade, nomeadamente das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada, através do qual se pretende garantir a proteção e a valorização do património cultural, afirmando os valores materiais e simbólicos, como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana. -----

6. A Câmara Municipal de Ílhavo tem o objetivo estratégico de fomentar a revitalização e o desenvolvimento urbano, promovendo a coesão territorial e a inclusão social através de ações de natureza material, concebidas de forma integrada e ativamente combinadas na sua execução, com intervenções de natureza social e económica. Trata-se de um processo abrangente de sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos. --

7. A introdução no Eixo 9 do Programa Centro 2020 das Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS) dirigidas a centros urbanos de nível superior onde se enquadra a cidade de Ílhavo, e a necessidade de implementação (em curso) do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) com o objetivo de articular e adaptar as dinâmicas e os elementos estruturantes do centro urbano em processos de revalorização e revitalização social, económica e cultural, reforçando desta forma a qualidade ambiental, urbanística, paisagística e funcional e preservando os valores simbólicos associados ao património natural, histórico e cultural, vem realçar a importância das Áreas de Reabilitação

Urbana (ARU) e das Operação de Reabilitação Urbana (ORU) delas decorrentes, tendo em vista a melhoria do ambiente urbano e a regeneração e revitalização das cidades, focalizada com maior incidência em intervenções que visem a qualificação do espaço público e do edificado envolvente (incluindo habitação). -----

8. Se torna imperiosa, face ao que acima se refere, uma abordagem de enquadramento estratégico e orientador em matéria de reabilitação urbana ainda mais consistente, sendo cada vez mais premente a consciencialização de todos para a emergência da política de gestão do território com vista à promoção efetiva de medidas de reabilitação de áreas urbanas que permitem revitalizar, salvaguardar e valorizar não apenas a componente urbana e arquitetónica, mas também a sustentabilidade das dinâmicas de regeneração social, cultural e económica nos centros urbanos proporcionando assim com o seu devido enquadramento no PEDU e a possibilidade real e objetiva de uma intervenção sustentada e sustentável em termos do desenvolvimento estratégico do centro urbano da cidade de Ílhavo. -----

Assim, atento os considerandos supra, tenho a honra de propor à Consideração Superior do Sr. Presidente da Câmara e ao abrigo do definido na alínea k) do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 14.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro o envio à Câmara Municipal com vista à deliberação que houver por conveniente, a seguinte proposta: -----

Aprovação do projeto de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana (ARU) e em simultâneo, a respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de Ílhavo, com a fundamentação constante da Estratégia de Reabilitação Urbana conforme documento anexo e com o enquadramento legal no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, para efeitos de: -----

1. Envio ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) para obtenção do necessário parecer (não vinculativo); -----
2. Em simultâneo, ser submetido à discussão pública o projeto de operação de reabilitação urbana, nos termos previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT); -----

E subsequentemente: -----

3. Aprovar e mandar divulgar os resultados do Relatório de Discussão Pública da estratégia de Reabilitação Urbana Simples da ARU de Ílhavo; -----

4. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos previstos do n.º1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação, e k) do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Estratégia de Reabilitação Urbana Simples da ARU de Ílhavo, incluindo a documentação destinada ao subsequente processo de publicação, registo e depósito previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT). -----

Permito-me finalmente realçar que a proposta de se constituir a ARU no enquadramento de uma Reabilitação Simples à luz do RJRU conforme acima se propõe, constitui como mais um passo que se pretende potenciador de uma experiência repetível para outras áreas do Concelho, assegurando a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, melhorando as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados e garantindo a proteção, promoção e valorização do património cultural. -----

O Vereador em Exercício, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o Projeto de delimitação da ARU de Ílhavo, conforme a proposta apresentada pelo Sr. Vereador do Pelouro, nesta se incluindo as diligências referenciadas no texto da sua apresentação. -----

CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----

CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA. -----

- Presente o processo registado com o n.º 10710, Pº 2/78, em 31.julho.2015, respeitante a Ruben Lourenço Casqueira, residente na Rua Afonso Albuquerque, r/c, n.º 151, Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente emissão da certidão. -----

A informação tem a referência DOPGU/horaciol 2015/08/13 10710/15 1, e é da responsabilidade do Técnico Superior da DOPGU, Horácio Labrincha, e o despacho do Sr. Vereador Marcos Ré, está datado de 19.agosto.2015, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS E RESTITUIÇÃO DE REFORÇOS DE CAUÇÃO. -----

EMPREITADA DE “IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO CAIS DOS PESCADORES – EXECUÇÃO DE RAMPA PARA EMBARCAÇÕES” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação/proposta supra, datada de 12.agosto.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a libertação de 45% das cauções prestadas como garantia da obra, à firma: “Energcambra – Construção Civil e Obras Públicas, Lda”, uma vez que, realizada a vistoria necessária, não foi encontrada qualquer anomalia. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de libertação parcial de garantias bancárias e restituição de reforços de caução. -----

EMPREITADA DE “IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO CAIS DOS PESCADORES – REPARAÇÃO, APRUMO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ARMAZÉNS DE APRESTOS” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação/proposta supra, datada de 12.agosto.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a libertação de 45% das cauções prestadas como garantia da obra, à firma: “Energcambra – Construção Civil e Obras Públicas, Lda”, uma vez que, realizada a vistoria necessária, não foi encontrada qualquer anomalia. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de libertação parcial de garantias bancárias e restituição de reforços de caução. -----

EMPREITADA DE “REPAVIMENTAÇÃO PARCIAL DA AVENIDA JOSÉ ESTEVÃO – GAFANHA DA NAZARÉ” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 13.agosto.2015, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere o cancelamento das garantias prestadas e restituídas as quantias retidas como garantia da obra, à firma: “SRTC – Construções, Lda”, dado que já se encontra efetuada a receção definitiva da mesma. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de libertação parcial de garantias bancárias e restituição de reforços de caução. -----

RELATÓRIO FINAL – “LIMPEZA DA VALA DO ESTEIRO OUDINOT”. -----

Presente o relatório final supra, elaborado pelo respetivo júri do procedimento, datado de 27.agosto.2015, aqui dado por integralmente transcrito, na qual e em síntese, se sugere a adjudicação do procedimento à firma: Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA, pelo valor da proposta apresentada, 15.300,00 €(quinze mil e trezentos euros). -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à adjudicação definitiva à empresa Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA, nos termos do presente Relatório Final. ----

**ABERTURA DE CONCURSO – REMODELAÇÃO DA PONTE DA VISTA ALEGRE”
INFORMAÇÃO – DESPACHO/PROPOSTA - RATIFICAÇÃO. -----**

Presente a informação supra, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, datada de 14.agosto.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a abertura do procedimento referenciado em título, por ajuste direto e pelo valor estimado de 216.000,00 €(duzentos e dezasseis mil euros), tendo como critério único de adjudicação o preço mais baixo, com um prazo de execução de 30 dias. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Autorizo a despesa inerente ao contrato a celebrar, bem como a realização do procedimento de contratação, de acordo com a informação para a execução da presente obra, assim como a aprovação do Júri do Procedimento, Convite e Caderno de Encargos. -----

14.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Presidente da Câmara. ----

**RELATÓRIO FINAL – “REMODELAÇÃO DA PONTE DA VISTA ALEGRE” –
RATIFICAÇÃO. -----**

Presente o relatório final supra, elaborado pelo respetivo júri do procedimento, datado de 27.agosto.2015, aqui dado por integralmente transcrito, na qual e em síntese, se sugere a adjudicação do procedimento à firma: Xavisub – Mergulhadores Profissionais, SA, pelo valor da proposta apresentada, 215.000,00 €(duzentos e quinze mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

Sobre o presente relatório final, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Deferido de acordo com a informação. Proceder à adjudicação à empresa Xavisub – Mergulhadores Profissionais, SA, pelo valor da proposta apresentada. -----

À Câmara para ratificação. -----

2015.08.28.” -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do presidente. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

CIDADANIA E IGUALDADE. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS. ---

COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados pelos dez munícipes/agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 200 de 16/01/2015, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados: -----

- **Seis** participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----

- **Quatro** participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
 ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
 CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º
 n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação
 social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados,
 aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e de Assembleia
 Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º,
 n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por três agregados familiares e as respetivas Informações
 Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição
 parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos
 agregados das informações anexas, ficando os utentes responsáveis por participar com o
 restante valor, necessário à prossecução da totalidade da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada
 pela proposta de cabimento n.º 198 de 16/01/2015, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro de
 Ação Social do Concelho de Ílhavo, no valor de **727,98 Euros**, para apoio à participação
 no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais,
 sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) –
AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da educação pelo artigo 23º, n.º 2 alínea d) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carentes, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 1.º, n.º 2, relativo à “concessão de medidas de ação social escolar”, que se destinam a compartilhar os encargos com as refeições, livros e outro material escolar aos/às alunos/as do 1.º Ciclo do Ensino Básico, tendo por base determinadas orientações emanadas pelo Ministério de Educação e Ciência. -----

3.º - Os auxílios económicos são distribuídos por dois escalões, designadamente o Escalão A e o Escalão B, com os valores de 50,00 Euros e 30,00 Euros, respetivamente. -----

4.º - Que o período de candidatura decorreu do dia 18/05/2015 a 15/06/2015 (quatro semanas), fazendo coincidir com o prazo limite para as matrículas escolares, mas que, ainda assim, se entendeu alargar este período por mais uma semana, isto é, até 19/06/2015. -----

5.º - Os pedidos de apoio solicitados por trezentos e trinta e cinco Encarregados/as de Educação, dentro do prazo estipulado, adicionados de seis candidaturas, no alargamento do prazo e ainda de outros dezasseis pedidos, fora do prazo, com justificações atendíveis (transferências escolares, doença, estadia no estrangeiro por exercício profissional, situações estas devidamente comprovadas), o que perfaz um total de trezentos e cinquenta e sete candidaturas e as respetivas listagens anexas. -----

7.º - Que o Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré ainda possui um crédito no valor de 50,00 Euros (referente a criança que ficou retida no ensino pré-escolar), reportado ao ano

letivo de 2014/2015, já mencionado na deliberação de Reunião de Câmara de 15/10/2014, que deverá deduzido. -----

8.º - Que os três Agrupamentos de Escolas do Município de Ílhavo se disponibilizaram como instituições parceiras. -----

9.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2.218 de 24/08/2015, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio unitário, no valor de 50,00 Euros para o Escalão A, a cada um dos/as 185 alunos/as identificados/as nas listagens, e no valor de 30,00 Euros, para o Escalão B, a cada um dos/as 117 alunos/as identificados/as, num total de 12.760,00 Euros. -----

Que deduzindo o crédito na posse do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré, identificado no ponto 7.º, no valor unitário de 50,00€ o valor a transferir é de 12.710,00€ ----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) –
APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE – PROPOSTA. ----**

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º, n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea i) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea a) “Apoio à melhoria das condições de habitabilidade”; -----

3.º - O pedido de apoio solicitado por um agregado familiar e a respetiva Informação Social em anexo; -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2.264 de 28/08/2015, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo, ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, delibere a atribuição de um apoio pago em uma tranche, no valor de 355,50 Euros, para a melhoria das condições de habitabilidade, conforme e nos termos da informação em anexo. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) –
REDUÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELO INGRESSO OU FREQUÊNCIA NOS
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS OU CULTURAIS – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 4, alínea b) “Redução das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais“. -----

3.º - Os pedidos de comparticipação solicitados por dois agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- **Duas** reduções das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais, no equivalente aos descontos aplicados a crianças, jovens ou séniores, com uma durabilidade de doze meses. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) –
REDUÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELA FREQUÊNCIA NO PROGRAMA DAS
FÉRIAS DIVERTIDAS – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 4, alínea c) “Redução das taxas devidas pela frequência no Programa das Férias Divertidas”. -----

3.º - O pedido de comparticipação solicitado por um agregado familiar e a respetiva Informação Social que se anexa. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- **Uma** redução das taxas devidas pela frequência no Programa das Férias Divertidas, para o valor único por semana de 7,50€, com uma durabilidade extensível a um programa, num período que compreende doze meses. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) –
PRODUTOS DE APOIO – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 6.º, designado por “produtos de apoio“; -----

3.º - O pedido de comparticipação solicitado por um munícipe, a respetiva Informação Social e o Contrato de Comodato, celebrado em 19/08/2015, que se anexa. -----

4.º - Que os produtos de apoio solicitados e entregues no dia 19/08/2015 foram uma cama com ajustamento manual à posição do corpo (com cabeceiras e estrado) e um colchão de espuma viscoelástica anti escaras, existentes no banco de produtos de apoio, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo ratifique nos termos da informação a atribuição dos produtos de apoio, em regime de comodato ao munícipe, pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação.

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a presente proposta. -----

ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS. -----

CONTRATOS-PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA O ANO DE 2015 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) – ÍLHAVO ANDEBOL CLUBE E ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA “OS ÍLHAVOS” - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

1. Os Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo das nossas Associações Desportivas com atividade corrente da época anterior, decorreu o seu período de vigência até 31 de Julho de 2015; -----

2. O Regulamento do Programa Municipal de Apoio a Associações do Município de Ílhavo, nomeadamente no seu artigo 17º, que referencia a entrega de documentação a candidatura para atribuição de apoio à atividade regular, até ao dia 31 de Agosto; -----

3. Face ao exposto, só agora no mês de Setembro, se irá dar início às reuniões de trabalho como objetivo da assinatura dos futuros Contrato-programa com as diversas Associações Desportivas; -----

4. É precisamente no mês de Setembro que se iniciam as respetivas épocas com custos acrescidos de inscrição dos atletas, clubes, equipamentos, manutenção de instalação, etc; -----

Assim proponho: -----

Que a Câmara Municipal delibere a aprovação do pagamento de uma antecipação de verbas, a descontar nos futuros Contratos-programa, às duas Associações que o solicitaram e de acordo com o seguinte: -----

• Ílhavo Andebol Clube 4.500 €-----

• Associação Cultural e Desportiva “Os Ílhavos” 3.000 €-----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidago Caçoilo, -----

25.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Na discussão e votação deste assunto não participou o Sr. Vereador eng. Marcos Ré, por se considerar impedido (membro dos órgãos sociais), motivo pelo qual se ausentou momentaneamente do Salão Nobre. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Eram 16.30 horas, hora destinada à audição do público, quando o Sr. Presidente da Câmara interrompeu a reunião para se certificar da presença de algum munícipe no Salão Nobre interessado em intervir. -----

Verificada a presença de um munícipe que pretendia intervir, foi, ato imediato, pelo Sr. Presidente da Câmara, dada a palavra a: -----

- **Leopoldo Manuel Teixeira Rocha**, morador na Rua de Castilho, n.º 15, na Gafanha da Nazaré, que, para além de endereçar os parabéns à CMI pela organização do Festival do Bacalhau, que decorreu no pretérito mês de agosto, pretendia saber, relativamente ao drama dos refugiados, qual a posição do Município sobre esta premente questão humanitária, mormente se a CMI tinha previsto (ou tencionava prever), algum plano de utilização de casas vazias na zona da Colónia Agrícola, a fim de eventualmente poder vir a albergar famílias de refugiados interessadas em vir residir para o concelho de Ílhavo, a exemplo da atuação de outros municípios. -----

Na resposta, o **Sr. Presidente da Câmara** começou por agradecer as palavras do citado munícipe relativamente à boa organização do Festival do Bacalhau 2015, tendo, de seguida, e no que concerne à questão dos refugiados, dito que, uma ação desta natureza e dimensão só pode ser executada, no âmbito do contexto europeu sendo posteriormente cada governo a operacionalizar esta matéria. Se o Município de Ílhavo for chamado a ser parte ativa na resolução deste problema o mesmo mostrar-se-á disponível. -----

Não havendo mais munícipes que quisessem intervir foi retomada pelo Sr. Presidente a ordem de trabalhos, eram 16.45 horas. -----

ENSINO. -----

OFÍCIO PROVENIENTE DA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA GAFANHA DO CARMO” - INSCRIÇÃO NO REGISTO MUNICIPAL DE ASSOCIAÇÕES. -----

Presente o documento referenciado em título, datado de 28.agosto.2015, proveniente da Associação de Pais da Gafanha do Carmo, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e

em síntese, se dá conta da legal constituição da citada Associação, solicitando à CMI a aprovação da sua inscrição no Registo Municipal de Associações, para os devidos efeitos. ---
Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento e aprovar a inscrição no Registo Municipal. -----

CULTURA. -----

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA DA SENHORA DOS CAMPOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

- 1) Que a Comemoração do 1º Maio – Dia do Trabalhador constitui já um evento com grande tradição no Concelho de Ílhavo, nomeadamente da zona da Senhora dos Campos, reunindo anualmente largas centenas de pessoas; -----
- 2) Que a edição de 2014 e 2015 resultou, mais uma vez, de uma parceria nomeadamente entre a Associação Desportiva, Cultural e Recreativa da Senhora dos Campos e a Câmara Municipal de Ílhavo, proporcionando ao público um programa diversificado, com atividades de âmbito musical, desportivo e cultural, etc. -----
- 3) Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 1828 de 05/08/2015 no valor de 2.000,00 Euros. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a aprovação de um subsídio pontual no valor de 2.000,00 Euros a esta Associação, para fazer face às despesas relativas à atuação dos Grupos Musicais e ao Convívio entre Autarcas e Dirigentes Associativos após o tradicional jogo de futebol, no âmbito da comemoração do Dia do Trabalhador 2014 e 2015. -----

O Vereador do Pelouro da Cultura, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

19.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

SALUBRIDADE E COMODIDADE PÚBLICA. -----

AMBIENTE. -----

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO AR NA ENVOLVENTE AO PORTO DE AVEIRO – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a seguinte informação/proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Marcos Ré: -----

- “Tendo presente a problemática da movimentação de granéis sólidos no Porto de Aveiro há muito sentida pela população da Gafanha da Nazaré à qual, pelo menos desde o 2.º semestre de 2013, acresce a derivada à movimentação do denominado petcoque e a pressão legítima havida sobre as diversas Instituições e Autoridades responsáveis, em especial sobre a Administração do Porto de Aveiro, por parte das populações e autarquias envolvidas (Câmara Municipal de Ílhavo e Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré), no sentido de se proceder à realização de um conjunto de intervenções que afastem de vez a perigosidade que, porventura, a movimentação das cargas a granel proporciona ou, quando muito, à mitigação dos seus efeitos de forma a permitir uma vivência mais tranquila da população da Gafanha da Nazaré, em especial de todos os que vivem ou habitam nas zonas mais próximas do terminal do Porto de Aveiro e que por isso, também mais fortemente sentem os efeitos de tais movimentações, respondeu aquela entidade, mandando em boa hora efetuar através do Instituto de Ambiente e Desenvolvimento um estudo de “Avaliação da Qualidade do Ar na Envoltente do Porto de Aveiro” com o objetivo e citamos, de “caracterizar a qualidade do ar na área envolvente do Porto de Aveiro, especificamente na Gafanha da Nazaré, determinar o contributo da emissão difusa de partículas do material conhecido por petcoque movimentado no Terminal de Granéis Sólidos, compreender o processo de dispersão das partículas resultantes da referida movimentação e, nesta sequência, definir os mecanismos/procedimentos necessários para a sua minimização”. Ora, estando o Estudo referido realizado e disponível, procedeu a Administração do Porto de Aveiro no passado dia 11 de Agosto à sua apresentação e divulgação pública. -----

O referido Estudo é constituído por três Volumes sendo o Volume I denominado de Relatório Final, o Volume II, de Anexos e o Volume III de Resumo Não Técnico que pelo facto de constituir, por assim dizer, uma síntese objetiva do trabalho efetuado, nos permitimos realçar. Nele são sintetizados os trabalhos desenvolvidos, tendo como aspetos mais salientes as referências aos resultados das campanhas de monitorização levadas a cabo, os estudos de dispersão das partículas com recurso a modelo numérico de escala local e as medidas de

minimização testadas com recurso a simulações em túnel de vento e finalmente, a referência às medidas e aos procedimentos a aplicar que permitirão, seja a minimização dos efeitos da dispersão das partículas, seja a implementação de melhores práticas na movimentação dos granéis sólidos no Porto de Aveiro seja, finalmente, a medição em contínuo das concentrações de partículas PM10 com vista a um “acompanhamento eficaz dos impactes na qualidade do ar” decorrentes das movimentações acima mencionadas, em especial do petcoque. -----

Na perspetiva de que o Estudo efetuado no qual e por uma questão logística, não se inclui o Volume II – Anexos possa, como esperamos, proporcionar um melhor conhecimento da problemática acima sintetizada e dos procedimentos futuros que no mesmo se referem de forma a proporcionar uma vivência mais tranquila à população da Gafanha da Nazaré, entendemos por bem proceder ao seu envio para os efeitos que houver por convenientes à Câmara Municipal. Propõe-se em complemento, que se recomende à APA, S. A., a necessária celeridade na prossecução das diligências que permitam, com a maior urgência possível, a implementação das medidas propostas no Estudo visado. -----

O Vereador em Exercício, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

28.agosto.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento dos Estudos referenciados na presente informação apresentada pelo Sr. Vereador do pelouro e concordar com a proposta dela constante. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes 10 (dez) Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

01 - Da Empreitada “Centro Sócio - Cultural e Extensão de Saúde da Costa Nova” – 18ª Situação Contratual – Corpo A, no valor de €- 15.775,11 (quinze mil, setecentos e setenta e cinco euros e onze cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Constarte - Construções, SA. -----

02 - Da Empreitada “Centro Sócio - Cultural e Extensão de Saúde da Costa Nova” – 19ª Situação Contratual – Corpo B + C, no valor de €- 40.217,53 (quarenta mil, duzentos e

dezassete euros e cinquenta e três cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Constarte - Construções, SA. -----

03 - Da Empreitada “Requalificação e Ampliação do Museu da Vista Alegre” – 14ª Situação Contratual, no valor de €36.240,56 (trinta e seis mil, duzentos e quarenta euros e cinquenta e seis cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Costeira – Engenharia e Construção, SA. -----

04 - Da Empreitada “Requalificação de Pavimentos na Rua de Alqueidão – 2ª Fase” – 3ª Situação, no valor de € 848,00 (oitocentos e quarenta e oito euros), com IVA incluído, adjudicada à firma: D.S.T – Domingos da Silva Teixeira, SA. -----

05 - Da Empreitada “Redes de Drenagem de Águas Pluviais da Rua de Alqueidão, Rua Frederico Cerveira e Av. Manuel da Maia - Ílhavo” – 8ª Situação Contratual, no valor de € 14.329,73 (catorze mil, trezentos e vinte e nove euros e setenta e três cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: D.S.T – Domingos da Silva Teixeira, SA. -----

06 - Da Empreitada “EB 2.3 – José Ferreira Pinto Basto – Substituição de Coberturas” – 1ª Situação Contratual, no valor de € 109.827,13 (cento e nove mil, oitocentos e vinte e sete euros e treze cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Edibeiras – Edifícios e Obras Públicas das Beiras, Lda. -----

07 - Da Empreitada “Conservação, Ampliação e Outras Pequenas Construções – EB1 / Chousa Velha” – 1ª Situação Contratual, no valor de € 44.630,96 (quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta euros e noventa e seis cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Hino ao Sucesso, Soc. de Construção Unipessoal, Lda. -----

08 - Da Empreitada “Adaptação e Conservação do Edifício Municipal - Coberturas” – 7ª Situação Contratual, no valor de € 5.824,47 (cinco mil, oitocentos e vinte e quatro euros e quarenta e sete cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Lusocol – Sociedade Lusa de Construções, Lda. -----

09 - Da Empreitada “Skate Park – Conceção/Construção” – 1ª Situação Contratual (única), no valor de € 84.141,21 (oitenta e quatro mil, cento e quarenta e um euros e vinte e um cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Soinca – Sociedade Industrial de Cucujães, SA. -----